

*Ata da 31ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 17 de maio de 2018.*

Presidência do Senhor Deputado Angelo Coronel. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão **em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública**, proposta pelo Deputado Marcelino Galo Lula. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs.: Deputado Marcelino Galo Lula; Clériston Cavalcante de Macêdo, Defensor Público-Geral; Paulo Cezar Lisboa Cerqueira, Secretário de Justiça e Direitos Humanos; Geder Rocha, Procurador e representante da Procuradora-Geral de Justiça Ediene Lousada; Bruno de Andrade Lage, Chefe da Defensoria Pública da União na Bahia; Maria Célia Padilha, Corregedora da Defensoria Pública da Bahia; Vilma Reis, Ouvidora-Geral e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas; Ronaldo Nascimento de Santana, Conselheiro Substituto e representante do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios Francisco de Souza Andrade Neto; João Carlos Gavazza Martins, Presidente da Associação de Defensores Públicos do Estado da Bahia; Coronel Nunes, representante do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Coronel Telles. O Sr. Presidente após a execução do Hino Nacional, saudou os Defensores Públicos baianos, parabenizou a escolha do tema do Congresso promovido pela Defensoria Pública e o modelo de orçamento participativo promovido pela Instituição. Tratou sobre a política carcerária no Brasil, afirmando que os defensores públicos desempenham um importante papel para a garantia dos direitos dos presos e demais cidadãos. Citou a tragédia ocorrida em uma ocupação irregular no Largo do Paissandu em São Paulo, argumentando que as vítimas não são culpadas tampouco os movimentos sociais que lutam pela cidadania. O Deputado Marcelino Galo agradeceu e parabenizou os defensores pelo trabalho em defesa dos pescadores com a ação promovida pela Defensoria Pública da União. Opinou que a atual conjuntura do Brasil vem acentuando as ações de um estado neoliberal que agride o estado de direito. Pontuou que o Brasil desde a colonização tem a sociedade estruturada na exclusão dada a escravidão ter sido o modo de produção. Ressaltou que não é preciso aumentar o número de policiais, mas de políticas públicas eficientes para que casos como o de Marielle não se repitam e o acesso à Justiça seja garantido. Lembrou que o dia escolhido para marcar as comemorações da Defensoria Pública faz referência ao Santo Ivo de Kermartin que ficou conhecido como defensor dos pobres. Disse que a Instituição garante o exercício da cidadania àqueles que não possuem a capacidade de arcar com as despesas jurídicas, sendo um “verdadeiro SUS do Direito”. O Sr. Presidente fez o registro das autoridades civis e militares presentes. Na sequência, foi exibido um vídeo sobre as atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública da Bahia. O Sr. Bruno de

Andrade Lage disse que o Estado brasileiro tem muita dificuldade de comunicação entre as instituições e lembrou que o assistido da Defensoria Pública do Estado é o mesmo que buscará atendimento na Defensoria Pública da União, sugerindo que a Defensoria Pública seja pioneira na unificação de comunicação. Destacou o trabalho realizado por Maria Lúcia na luta pelo movimento da população de rua e aquisição de habitação. Citando a obra “A Elite do Atraso - Da Escravidão à Lava Jato” do autor Jessé de Souza, avaliou que o brasileiro classifica as pessoas como gente e subgente, baseando-se em uma sociedade extremamente desigual e escravocrata. Por fim, falou sobre a emenda que trata da autonomia das Defensorias, informando que há um choque entre as Emendas Constitucionais 80 e 95 que desafia a realização das ações sociais através do congelamento dos recursos destinado a fins sociais por vinte anos. O Sr. Presidente fez a leitura de mensagem encaminhada pela Deputada Fabíola Mansur saudando os defensores públicos e justificando a ausência. A Sra. Vilma Reis parabenizou a todos pelas comemorações e deixou registrado um salve para Maria Lúcia pelas ações em defesa do Movimento de População de Rua. Comentou sobre a Constituição Cidadã e a criação das ouvidorias externas no âmbito das Defensorias Públicas a partir de 2006, projeto que aproxima diversas bandeiras que lutam pelo povo. Considerou corajoso o Governador Rui Costa vetar a matéria que trata da advocacia dativa na Bahia. Informou que a presença da Defensoria Pública leva a um cenário menos violento e com mais garantia de direitos, por isso a importância em ampliar o número de defensorias. O Sr. Cezar Lisboa externou satisfação em participar da homenagem à Defensoria Pública, dizendo que nos últimos dez anos foi a Instituição da Bahia que mais alcançou avanços e efetivou programas que atuam na garantia de direitos e efetiva execução destes. Registrou que a Instituição não perde a confiança do povo e se mantém viva diante do atual quadro no Brasil. Pontuou que o congelamento dos gastos sociais por vinte anos acentuará as desigualdades sociais, que já são gritantes, e os desfavorecidos precisarão da Defensoria para que as vozes deles sejam asseguradas. O Sr. João Carlos Cavazza solicitou uma salva de palmas para todos os defensores, informando que não há política de redução de desigualdades sociais que não perpassa pela Defensoria Pública. Ressaltou a necessidade de um orçamento equilibrado e consoante com as necessidades da população que acessa o serviço, desejando que no mês de maio seja possível comemorar as vitórias pretendidas, dentre estas a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 129. O Sr. Clériston Cavalcante de Macêdo destacou o papel do Secretário Cezar Lisboa nas vitórias alcançadas pela Defensoria Pública da Bahia. Disse que a Casa do Povo é o abrigo de todo cidadão e a Defensoria Pública é quem os defende, deixando os laços entre as duas instituições mais estreitos nos últimos anos. Relatou os dados numéricos de atendimento e ações realizadas pela Defensoria, que alcançaram crescimento de mais de 43% na atuação de 2014 até 2018. Destacou que o mérito principal do bom desempenho é dos servidores e dos assistidos. Disse que as pessoas entenderam que acabou o tempo de serem subjugadas e perceberam que possuem um papel ativo para a melhoria da atenção prestada. Externou seu agradecimento a essa Casa e ao

Poder Executivo e a expectativa da breve aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 129, pois este projeto representa a vitória da cidadania baiana. O Sr. Presidente, após a execução do Hino da Bahia, em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –